

Trabalho apresentado no 20º CBCENF

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE SÍFILIS E HIV DE UMA UNIDADE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO

Título: MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE

Relatoria: MARIA VERÔNICA FIGUEIREDO DA SILVA

MARINNA MARIA DE ANDRADE COSTA

Autores: ANA CAROLINA GONDIM RIBEIRO

FRANCISCA KARISA CARVALGO BARBOSA

SAMILLY GIRÃO DE OLIVEIRA

Modalidade: Pôster

Área: Cuidado, Tecnologia e Inovação

Tipo: Relato de experiência

Resumo:

Introdução: A Vigilância Epidemiológica é definida como um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos. (BRASIL, 1990) A vigilância é hoje uma ferramenta metodológica importante para a prevenção e controle de doenças em saúde pública. Assim, conhecer o perfil epidemiológico de um território permitirá traças ações e estratégias para controle e combate de agravos. Objetivo: Descrever o perfil epidemiológico de sífilis e HIV de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde do município de Fortaleza-Ce. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo acerca do perfil epidemiológico de sífilis e HIV de uma Unidade de Atenção Primária à Saúde do município de Fortaleza-Ce. Os dados foram obtidos a partir das notificações de agravos realizadas no período de janeiro/2015 a junho/2017. Resultados: No ano de 2015 foram realizadas 10 notificações de HIV e nenhuma de sífilis. No ano de 2016 foram realizadas 03 notificações de HIV e 29 de sífilis, sendo três casos em gestantes e uma sífilis congênita. No ano de 2017, até o mês de junho, foram realizadas uma notificação de HIV e 12 de sífilis, sendo uma gestante e uma congênita. Conclusão: O número de notificações de Sífilis vem aumentando ao longo dos anos, apresentando quantidade significativa em gestantes e os casos de HIV vêm apresentando uma queda. Apesar das campanhas midiáticas e das ações educativas, o número de ISTs vêm apresentando aumento. Referências: BRASIL Lei No. 8080/90, de 19 de setembro de 1990. Brasília: DF. 1990.